



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

OFC-OUVID - 1872017
Código de validação: 33751FEAC2

São Luís (MA), 31 de outubro de 2017

A Sua Excelência o Senhor
Des. Cleones Carvalho Cunha
MD. Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

Assunto: **Relatório da Audiência Pública do polo judicial de Caxias**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, encaminho a V. Exa. a Ata da Audiência pública realizada na Comarca de Pedreiras, realizada no dia 14 de setembro do corrente ano, abrangendo todas as comarcas que integram o polo judicial de Caxias.

A Audiência pública foi a 4ª de minha gestão, promovida por esta Ouvidoria com o propósito de estimular a participação popular na construção de um Poder Judiciário mais eficiente, republicano e próximo da sociedade.

Mantendo a sistemática da gestão anterior, optamos aqui por fazer a juntada da própria Ata da Audiência, revisada e resumida, em razão da fidedignidade com que foi confeccionada, e também das informações apresentadas pelos magistrados do polo por ocasião da visita ao Fórum Desembargador Araújo Neto e reunião prévia à audiência, sintetizadas em breve relatório.

Assim, formalizo o ocorrido no evento, na esperança de que V. Exa. encaminhe a solução adequada para os problemas ainda pendentes e que estejam na sua esfera de atribuição e competência.

Atenciosamente,

Desembargador RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE
Matrícula 176362





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
OUIDORIA

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 31/10/2017 12:13 (RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE)





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Desembargador Sarney Costa
Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís – MA. CEP: 65.076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telephone: [0800-707-1581](tel:0800-707-1581) ou [159](tel:159) – site: www.tjma.jus.br

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO POLO JUDICIAL DE CAXIAS, REALIZADA EM PEDREIRAS/MA.

Aos 14 dias do mês de setembro de 2017, às 18h, no Fórum Desembargador Araújo Neto, foi realizada audiência pública referente a atuação do Judiciário no polo judicial de Caxias, que contou com a participação de aproximadamente 150 pessoas. O evento foi aberto pelo cerimonialista Tony Maranhão, que saudou aos presentes e explicou a proposta do evento, cujo intuito era abordar a atuação do judiciário no polo judicial de Caxias. Para maior esclarecimento, foi exibido o vídeo institucional da Ouvidoria Judiciária. Após a exibição, foram convidados a compor a mesa: o Ouvidor do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe; o ex Ouvidor do Poder Judiciário do Maranhão, Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira representando o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cleones Cunha; a diretora do Fórum da Comarca de Pedreiras, Juíza Larissa Rodrigues Tupinambá; o prefeito de Pedreiras representando todos os prefeitos da região, Sr. Antônio de França; o presidente da Câmara, Sr. Bruno Corvina Rodrigues Cruz; o diretor da promotoria de Justiça de Pedreiras, Dr. Carlos Farias; o Defensor Público da cidade, Dr. Tiago Batista; e o vice-presidente da OAB de Pedreiras, Dr. Igor Lacerda. Após a formação da mesa de honra, a secretária da Ouvidoria, Neusa Lago, assumiu a palavra, agradeceu a presença do público e ressaltou que o objetivo da audiência pública é aproximar a população do judiciário e buscar melhorias. Informou ainda a dinâmica de participação na audiência, destacando sua transmissão online, bem como a possibilidade de participação pelo aplicativo whatsapp. Em seguida, passou a palavra ao Ouvidor, desembargador Ricardo Duailibe, que agradeceu nominalmente aos componentes da mesa e demais autoridades presentes e ao público em geral. Se fizeram presentes a Promotora de Justiça Dr. Hortência Cavalcante, o prefeito de Trizidela do Vale, Sr. Fred Maia, o Prefeito de Poção de Pedras, Júnior Cascaria e o capitão Jeferson de Oliveira, do 10º Batalhão de Pedreiras. Presentes também os juízes, Dr. Artur Gustavo Nascimento, do Juizado, Dr. Marco Adriano, titular da 1ª Vara, Dra. Ana Gabriela, da 2ª Vara, todos da Comarca sede da audiência; Dr. Simeão Pereira e Silva, Juiz da 2ª Vara de Família de Timon; Dr. Thiago Henrique de Ferreira Ávila, da Vara Única de Igarapé Grande, Dra. Josane Araújo Farias Braga e Dr. Francisco Ferreira Lima, da 1ª e 2ª Vara de Coroatá, respectivamente. O Ouvidor pontuou que as audiências prezam pela informalidade para que a população fique à vontade para participar. Informou que em sua ida à Comarca no dia anterior, recebeu o projeto de criação da 4ª Vara de Pedreiras, do qual se intitulou padrinho e assumiu o compromisso de reivindicar junto à gestão do Tribunal. Em seguida, O Desembargador Paulo Velten saudou aos presentes e afirmou que sua participação na audiência é um indicativo de que o Tribunal de Justiça apoia e prestigia as audiências e que espera que as informações colhidas durante o evento possam direcionar as políticas públicas a serem adotadas pelo Judiciário. Lembrou que a realização de audiências públicas está prevista na lei de acesso a informação, como forma de

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Desembargador Sarney Costa
Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís – MA. CEP: 65.076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: [0800-707-1581](tel:0800-707-1581) ou [159](tel:159) – site: www.tjma.jus.br

assegurar a participação da sociedade na gestão pública. Mencionou a dificuldade orçamentária existente, contudo afirmou que o Judiciário precisa contornar tais obstáculos e conseguir criar soluções para as problemáticas identificadas. Portou mensagem do Presidente do tribunal, afirmando que apoia a iniciativa da Ouvidoria e aguarda as informações sintetizadas através de relatório, para que a gestão possa implementar as soluções necessárias. Destacou que os magistrados e o judiciário como um todo devem estar de espírito aberto para receber as críticas e melhorar naquilo que for necessário. O Desembargador Ricardo Duailibe destacou a transmissão online da audiência e informou que a Ouvidoria tentará buscar junto aos gestores, solução para as demandas apresentadas, franqueando a palavra à Diretora do Fórum de Pedreiras/MA, Dra. Larissa Tupinambá, que expressou a satisfação de receber as autoridades, os magistrados, em especial os de outras comarcas e traçou um breve histórico do surgimento da Ouvidoria para justificar a criação e atuação das Ouvidorias, balizadas nos princípios da transparência e eficiência, que surgiram como estratégia democrática de aproximação com a sociedade que permite avaliar o cotidiano das demandas buscando-se práticas que contribuam com o aperfeiçoamento do judiciário. Disse considerar a Ouvidoria um termômetro que permite auferir o que está funcionando bem e o que precisa de ajustes. Afirmou que, em que pese a falta de pessoal, material e estrutura, magistrados e servidores não tem deixado se abater e continuamente têm se empenhado para dar vazão às demandas. Explanou que o imenso volume de ações de Pedreiras, Lima Campos e Trizidela do Vale ultrapassa a distribuição de comarcas maiores e com o dobro da população, entretanto à comarca conta apenas com três Varas e um Juizado Especial. Após a fala da magistrada, o prefeito de Pedreiras, Antônio de França, saudou aos presentes e afirmou estar trabalhando para trazer melhorias para a cidade. Aproveitou a oportunidade para renovar a doação de um terreno, que será cedido ao Tribunal Regional Eleitoral da Comarca. O Ouvidor, que cumula a função de Corregedor do TRE informou que conheceu o terreno e na função que ocupa se comprometeu a levar o pleito ao órgão, visto que as atuais estruturas são precárias. O vice-presidente da OAB, Dr. Igor Lacerda, em nome dos advogados endossou o pedido de criação de mais uma vara para a Comarca. Franqueada a palavra ao Público, o Presidente da Subseção da OAB de Caxias, Dr. Agostinho Ribeiro Neto, trouxe reivindicações das Comarcas de Coelho Neto, Caxias e Codó. Relatou que apesar da Comarca de Caxias ter sido congratulada com a 6ª vara, ainda não pode ser implementada devido a uma reforma cujo prazo se prolonga, causando um transtorno imenso a servidores, magistrados, partes e advogados. Sobre a Comarca de Coelho Neto, apontou que a magistrada que era titular, Dra. Karla Jeane, é assessora na Corregedoria e ainda atua em uma comissão do Tribunal de Justiça, o que fazia com que constantemente ela tivesse que se ausentar da Comarca e conseqüentemente os processos estão parados. A mesma juíza foi removida para o Juizado Especial, que tem como norte ser célere. Pede que o Tribunal de Justiça priorize a justiça de 1º Grau e deixe-a somente com a função de magistrada da unidade jurisdicional. Informou ainda que a juíza foi removida da 2ª Vara de Coelho Neto, não tendo sido nomeado juiz substituto para a Vara e por isso reivindicou a nomeação urgente de juiz. O Dr. Agostinho Neto relatou que OAB recentemente fez um protocolo com o Tribunal e Corregedoria Geral da Justiça para uniformizar os alvarás devido ao fato de alguns juízes estarem expedindo alvarás apenas em nome das partes. O presidente da OAB relatou

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Desembargador Sarney Costa
Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís – MA. CEP: 65.076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: [0800-707-1581](tel:0800-707-1581) ou [159](tel:159) – site: www.tjma.jus.br

que foi presencialmente entregar a resolução aprovada pelo Presidente do Tribunal ao juiz de Coelho Neto e o mesmo continua desrespeitando a resolução emanada. Portanto solicitou ao Tribunal procedimento para uniformizar a atuação dos juízes de primeira instância. Segundo o advogado, quando há pedido de liminar *inaudita altera partis*, o juiz da Comarca está citando a parte adversa sem fazer a apreciação do pedido. Outra reclamação apresentada é que o mesmo magistrado não está expedindo os alvarás de honorários sucumbenciais em separado, o que dificulta o entendimento com as partes. Solicita que os mesmos sejam feitos de forma individualizada. Em relação aos processos de empréstimo fraudulento foram suspensos, incluindo-se os de coisa julgada, no entanto a resolução que regulamenta faz ressalvas, que não estão sendo respeitadas, pois a suspensão se deu de maneira indiscriminada. Solicita que tal resolução seja aprimorada e encaminhada a todos os magistrados. Relatou ainda que todos os juízes da Comarca de Codó pediram remoção. Suplicou ao Tribunal que só remova-os na existência de juízes substitutos. Reclamou das instalações dos cartórios do 1º e 2º Ofício de Caxias, cujas instalações são insalubres. Reclamou ainda da demora na obtenção de certidões em relação ao primeiro. Noticiou que os cartórios não estão realizando serviços com isenção às pessoas necessitadas, os fazendo apenas mediante decisão judicial. Novamente rogou ao Tribunal para que haja melhor regulamentação. Finalizando sua fala, reclamou do fato dos serviços desenvolvidos em correição não serem reportados através de relatório à OAB. Sugeriu que os juízes apresentem os referidos dados para que juntos possam implementar melhorias. Após a fala do advogado, o magistrado Artur Gustavo informou que já haver sido aberto edital de remoção para a Comarca de Coelho Neto. O Sr. Magno Moraes, do Conselho Tutelar, relatou que tem convivido com uma problemática gravíssima, que é a questão do funcionamento de bares de maneira irregular na cidade e a falta de fiscalização em relação a presença de menores nesses espaços e este afirma não estar identificando a atuação do Comissário de Infância e Juventude na Comarca. A Diretora do Fórum, Juíza Larissa Tupinambá, então informou que a servidora que ocupa o cargo estava afastada, mas retornou às suas atividades, mas que irá se reunir com o Conselho Tutelar e Polícias Militar e Civil, contudo algumas das funções citadas pelo conselheiro, são atribuições da polícia. O Prefeito de Trizidela do Vale, Sr. Fred Maia, que relatou sua dificuldade enquanto gestor municipal, pois estão sendo realizados cortes de verbas em várias áreas do município para pagar precatório trabalhista, o que tem causado desequilíbrio financeiro. Ressalta que foi criado um fundo, o FPM, para o pagamento destes valores, contudo, a justiça continua a bloquear valores diretamente nas contas do município, de maneira irregular. Ao ver do gestor, a parceria entre Tribunal e Prefeituras poderia ser aprimorada, visto que é hábito destas ceder vários funcionários aos Tribunais, contudo se a Prefeitura necessitar de um servidor do Tribunal de Justiça, a resposta é sempre negativa. E vê-se prejudicado, já que não pode contratar novos servidores pois se o fizer será responderá por improbidade. Foi objeto de reclamação do prefeito, a presença de poucos magistrados para darem vazão à imensa demanda da Comarca. Outra questão apontada, foi a grave questão do feminicídio, que possui um índice elevadíssimo na cidade, e que embora a Diretora do Fórum já desenvolva um trabalho de combate a violência doméstica, é necessário que o Tribunal dê maior ênfase a esse trabalho e tome medidas mais enérgicas. Advogado de Trizidela reclamou de um processo, datado de 2005, que houve ordem

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Desembargador Sarney Costa
Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís – MA. CEP: 65.076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: [0800-707-1581](tel:0800-707-1581) ou [159](tel:159) – site: www.tjma.jus.br

para pagamento de precatório e até a presente data o município se recusa a pagar os valores. Elogiou a atuação do Presidente do Tribunal de Justiça, que tem feito o máximo de sua capacidade, pois tem efetuado os sequestros nas contas do Município. Gabriela Andrade, em nome dos cartórios, reivindicou que o FERC (Fundo Especial do Registro Civil), que é um fundo para Compensação dos atos gratuitos, possui um saldo positivo de milhões, no entanto a compensação para os registradores é de apenas R\$ 15,97 (quinze reais e noventa e sete centavos). Os registradores têm custeado documentos emitidos pela gratuidade de justiça e o valor compensado ressarce apenas metade do valor de uma certidão simples, sem considerar os custos de envio por correios. Solicitou que a Ouvidoria leve a demanda para que seja aumentado o valor do FERC dos cartórios, pois assim será possível reverter esses valores para promover melhorias nas instalações e atendimentos dos cartórios, em especial os de registro civil, os mais deficitários e também a reivindicação que não há nenhum registrador civil que faça parte do conselho diretor do FERC. Após a fala da tabeliã, foi feita a leitura de uma manifestação recebida pelo aplicativo whatsapp, na qual a parte reclamava da demora dos processos que tramitam na 2ª Vara da Comarca de Pedreiras. Relatou que o seu processo, aberto em 2015, ainda estava a espera da realização de audiência. Relatou ainda que ao se deslocar à Vara para obter informações teve sua solicitação de cópia dos atos processuais negada pela Vara. A magistrada titular da unidade citada, Dra. Ana Gabriela, explicou a não obrigatoriedade da audiência de conciliação e se colocou à disposição dos usuários com demandas pertinentes à Vara na qual atua. No tocante à entrega de cópias dos atos processuais afirmou que tal ato é permitido a partes e advogados. O Sr. Leimar Xavier, Presidente da Penitenciária Pública de Pedreiras, reclamou do tratamento dado pelas autoridades aos encarcerados. Criticou a alimentação fornecida pela Associação de Proteção aos Condenados (APAC), o que foi prontamente rebatido pela Juíza de Execução Penal da Comarca, Promotor de Justiça e pelo presidente da APAC, Enoque Barreto, já que realizado um acompanhamento contínuo. O promotor de Justiça, Dr. Carlos Farias, louvou a atuação da 2ª Vara, que possui uma preocupação constante com a situação dos apenados. Enoque Barreto solicitou ao desembargador que transmita a mensagem que a APAC é um processo viável e com consequências positivas, pois com o desenvolvimento deste trabalho, a instituição atinge um alto índice de ressocialização, pedindo portanto, o fortalecimento da instituição. Dr. Francisco Ferreira, apresentou mensagem encaminhada pela magistrada recém-empossada no Juizado Especial de Codó, Dra. Karla Jeane, na qual a juíza apresentou estatísticas de sua produtividade, destacando que sua atuação jamais foi alvo de reclamações dos jurisdicionados e comprometendo-se, assim como sempre atuou, a continuar a desenvolver com excelência do seu trabalho. Eduardo Fernandes, advogado da Comarca reclamou da morosidade dos processos que tramitam na 2ª Vara da Comarca e alegou possuir um processo concluso para sentença desde o ano de 2013. Questionou quanto à possibilidade do Tribunal enviar uma comissão sentenciante para auxiliar a juíza, pois a Vara está há três anos sem analista e possui competência de execução penal, o que faz com que os demais processos fiquem prejudicados diante da prioridade que a matéria requer. A juíza que atua na unidade corroborou com os argumentos do advogado e mencionou a elevada demanda. A juíza da 1ª Vara de Coroatá, Dra. Josane Farias Braga, se ofereceu a auxiliar o trabalho da 2ª Vara Comarca de Pedreiras e ressaltou a importância dos magistrados atuarem em

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Desembargador Sarney Costa
Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís – MA. CEP: 65.076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: [0800-707-1581](tel:0800-707-1581) ou [159](tel:159) – site: www.tjma.jus.br

conjunto. O Sr. José Granjeiro reclamou do horário de atendimento da 1ª Vara de Coroatá, que é restrito ao período manhã. Reclamou ainda do constrangimento causado pela revista invasiva feita pelo vigilante que atua no Fórum de Coroatá. Outra reclamação apresentada era referente à morosidade processual. A Dra. Josane, titular da Vara, informou que ele poderá fornecer o número do processo para que faça a diligência necessária. Quanto a revista ressaltou ser indispensável por questão de segurança e que todos os vigilantes são adequadamente treinados. A Juíza confirmou os horários de atendimento às partes e justificou devido à deficiência de servidores, e para que assim possam se dedicar aos trâmites processuais. Após a magistrada, o Dr. Francisco Ferreira de Lima, diretor do Fórum de Coroatá, comunicou que qualquer reclamação que o usuário quiser apresentar poderá se deslocar à Diretoria do Fórum, pois todos os servidores possuem o dever de atender bem. Pontuou que na Vara na qual atua, 2ª Vara de Coroatá o atendimento é em horário integral. O Sr. Jorge da Costa, Pastor em Pedreiras, louvou a iniciativa da Ouvidoria que faz um papel de mediação entre a sociedade civil e o Tribunal de Justiça. Citou a criação do Tribunal Arbitral e questionou a visão do Judiciário em relação a esta instituição, já que o intuito de sua criação seria para auxiliar o Judiciário nas causas mais simples. Foi respondido pelo Ouvidor que no entendimento do Tribunal de Justiça, a arbitragem seria de grande auxílio, visto que o Judiciário conta com uma demanda exorbitante e possui déficit de recursos para dar vazão ao quantitativo de processos recebidos, mas infelizmente a procura pelos Tribunais Arbitrais ainda é bem diminuto, sendo portanto necessário o amadurecimento da questão. As soluções consensuais além de mais céleres são menos dispendiosas, mas é necessário ainda uma maior conscientização da população quanto à sua importância. O Ouvidor citou a conciliação, também como meio alternativo de solução de conflitos, contudo esta ainda não está em um patamar considerado satisfatório. Com a palavra Dr. Marco Adriano, juiz da 1ª Vara da Comarca, explicou que a elaboração do projeto da 4ª Vara se deu em razão da sobrecarga de trabalho. Em estudo comparativo dos anos de 2015 a 2017 com a Comarca de Balsas e Santa Inês, por possuírem a mesma estrutura a Organização similar à Comarca de Pedreiras, e recentemente terem sido contempladas com a 4ª Vara. Através do Estudo comparativo, o magistrado informou ter sido constatado que a distribuição processual de Pedreiras e Balsas está equiparada. Quando à comparação é feita em relação às 1ª Varas das respectivas Comarcas, a distribuição da primeira é superior em relação a esta última. O magistrado explanou que a Comarca sede da audiência possui distribuição processual maior que a de Santa Inês. Ressaltou conhecer a realidade orçamentária, contudo clama que seja dado o primeiro passo, com o reconhecimento da necessidade da Comarca e consequente aprovação do projeto de criação da 4ª Vara de Pedreiras, ainda que sua instalação se dê em um momento posterior de melhor disposição orçamentária. O Sr. Marcus Krause, servidor do ministério Público parabenizou a atuação humana e altruísta dos magistrados e servidores, que desenvolvem constantemente projetos sociais na sociedade de Pedreiras, inclusive em parceria com o Ministério Público. O prefeito de Poção de Pedras, Júnior Cascaria, mencionou as dificuldades da prefeitura em relação a concursados não se deslocarem ao interior para o qual foram designados, mas que aguarda a decisão do judiciário, pois há um processo em trâmite. Encerrando os trabalhos o desembargador demonstrou imensa satisfação em realizar a audiência na Comarca, já tendo sido possível no transcorrer da audiência colher sugestões e

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Desembargador Sarney Costa
Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís – MA. CEP: 65.076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: [0800-707-1581](tel:0800-707-1581) ou [159](tel:159) – site: www.tjma.jus.br

soluções para algumas situações apresentadas. O Ouvidor firmou novamente o compromisso de lutar junto à presidência pela aprovação do projeto de criação da 4ª Vara de Pedreiras. O desembargador finalizou agradecendo aos Magistrados, em especial à Dra. Larissa Tupinambá, ao Presidente da Câmara Municipal pela cessão do espaço, aos servidores que colaboraram com a realização da audiência, e à população em geral pela ótima recepção ao evento. Para constar, eu, Lilian Karissa Costa Barros, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Ouvidor do Poder Judiciário do Maranhão, Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe.

Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe

Ouvidor Judiciário do Estado do Maranhão

REIVINDICAÇÕES APRESENTADAS DURANTE VISITA AO FÓRUM DA COMARCA E REUNIÃO COM OS MAGISTRADOS DO POLO

Em visita realizada pelo Ouvidor às 10h do dia 14.09.2017, ao Fórum de Pedreiras, Desembargador Araújo Neto, os magistrados reivindicaram melhorias estruturais para o prédio. A falta de acessibilidade ao Fórum, inexistência de sala para réu preso, inexistência de almoxarifado, suporte inadequado para a caixa d'água que auxilia no abastecimento do prédio, condições insalubres do arquivo geral e sua incapacidade para comportar o quantitativo de processos foram problemas apontados.

Na reunião prévia com os magistrados do Polo, o juiz Simeão Pereira e Silva, da 2ª Vara de Família de Timon, alegou que magistrados que atuam na Fazenda Pública onde não tem Vara Federal agregam matérias de previdência e saúde, e o fazem sem conhecimento técnico. Informou que no Estado do Piauí existe um núcleo de apoio técnico ao magistrado (NATEM), integrado ao conselho de saúde, e formado por servidores da área que emitem notas técnicas que servem como respaldo aos magistrados. Sugeriu que o Tribunal igualmente crie um Núcleo de apoio para tal fim, com corpo próprio e não atrelado ao Executivo. questionando ainda a possibilidade de ser firmado convênio com o judiciário do Piauí, para que os magistrados possam realizar consulta naquele Núcleo, diante da proximidade.

A magistrada Larissa Tupinambá demonstrou preocupação com a instalação do PJE pois a Internet na comarca não possui um bom sinal e oscila constantemente.

A juíza Ana Gabriela comunicou que está há três anos sem analista e também possui déficit de servidores na secretaria. A Vara em que atua acumula execução penal, o que requer urgência. Reclamou do fato do sistema VEP ser falho, pois não é possível auferir a produtividade e extrair relatórios.

A insuficiência de servidores foi um problema apontado por todos os magistrados presentes, visto que a demanda tem aumentado consideravelmente. Os magistrados da Comarca de Coroatá, que abrange Peritoró, informaram que há 5 anos foi autorizada a criação da Vara de Peritoró mas não houve ainda sua instalação.

Dra. Larissa informou que uma segunda vaga de assessor seria muito vantajoso a todos os magistrados, e na Grande Ilha os magistrados possuem dois assessores, um jurídico e um administrativo, e o administrativo ainda possui um salário menor, o que não oneraria tanto o

orçamento. Tal mudança poderia ainda ocorrer de forma gradativa, fazendo-se para tanto um estudo para verificar quais comarcas mais necessitam. O juiz de Coroatá, Dr. Francisco ressaltou a produtividade dos servidores que exercem cargo comissionado.

Thiago Henrique de Ferreira Ávila, magistrado da Vara Única de Igarapé Grande, informou que não há previsão legal de analista para a Vara. Expôs os problemas estruturais da Comarca, que passa por transtornos no período chuvoso, possui vários equipamentos defeituosos, problemas com a internet e rede elétrica, contudo já foi informado pelo Presidente, Desembargador Cleones Cunha, que a reforma está sendo providenciada. O magistrado relatou ainda as péssimas instalações da Carceragem de Igarapé Grande, que acomoda no mesmo espaço presos civis, criminais e menores.

Foram as reivindicações apresentadas pelos magistrados do polo, aqui sintetizadas, e encaminhadas para a adoção das providências reputadas possíveis.

Atenciosamente,

Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe
Ouvidor Judiciário do Estado do Maranhão